

Deslocamento político e ativismo revolucionário: a experiência das mulheres exiladas brasileiras

Political displacement and revolutionary activism: The experience of Brazilian women in exile

Resumo

Este texto procura mostrar as diferentes estratégias de oposição política feminina durante o período de exílio político brasileiro, encarado por banidas e exiladas como continuação de seu compromisso político. Por meio da história oral e do testemunho dessas mulheres, podemos redimensionar a experiência deste desterro, recuperar atos e gestos de solidariedade política sob o terror de Estado, dando atenção ao papel ativo dessas participantes na luta contra a ditadura no exterior.

Palavras-Chave: Mulheres, Exílio, Redes Políticas Transnacionais

Resumen

This text seeks to show the different strategies of female political opposition during the period of Brazilian political exile, viewed by banished and exiled women as a continuation of their political commitment. Through the oral history and testimony of these women, we can resize the experience of this exile, recover acts and gestures of political solidarity under state terror, paying attention to the active role of these participants in the fight against dictatorship abroad.

Palabras clave: Women, Exile, Transnational Political Networks

Fecha de recepción: 16 de junio de 2020

Fecha de aceptación: 30 de agosto de 2020

Deslocamento político e ativismo revolucionário: a experiência das mulheres exiladas brasileiras

Political displacement and revolutionary activism: The experience of Brazilian women in exile

Maria Claudia Badan Ribeiro*

Nos limites deste artigo, pretendemos mostrar que, para além da ruptura e fragmentação política desejadas pela ditadura, o exílio político serviu como área estratégica para a militância brasileira e latino-americana. A premissa deste trabalho foi mostrar a dimensão internacional que o processo revolucionário adquiriu, respaldado por acordos e estruturas militantes transnacionais (Roniger, 2010) que se beneficiaram, em parte, da relativa perda da capacidade do Estado em reprimir diretamente ações coletivas ou mais isoladas no exterior. Repartindo suas forças e meios, muitos militantes puderam transformar o exílio numa agência política internacional e num diálogo com a resistência interna de países que igualmente viveram ditaduras militares, ou que as combateram.

Este texto centra-se especificamente na experiência das mulheres brasileiras exiladas, em particular as mulheres da Ação Libertadora Nacional (ALN), organização armada que agregou muitas mulheres em diversos setores e contou com uma ampla rede de apoio feminino. O presente artigo é parte de um capítulo de minha tese de doutorado realizada e defendida na Universidade de São Paulo (USP) entre os anos de 2006-2011 na área de História Social.

Essas mulheres, que deixaram o Brasil neste exílio involuntário, eram ex-dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), estudantes, acadêmicas e profissionais liberais que haviam se tornado membros de organizações armadas. Mulheres que buscaram confirmar sua identidade e autonomia por meio da militância política no Brasil, transformando sua participação num gesto transgressor também no exterior (Marques, 2015: 120)².

A experiência que manteve a mulher no espaço do lar, mesmo no ambiente de refúgio no exterior, aparece, sobretudo entre mulheres que não militaram, que desconheciam a militância dos membros de sua família ou que simplesmente acompanharam o exílio de seus maridos, não lhes restando, porém, muitas opções para além do espaço privado. Por outro lado, a experiência militante mostra como essas revolucionárias atuaram fora dos papéis tradicionais, quebrando hierarquias, tecendo laços políticos, e dando continuidade à ação militante, seja por intermédio do vivido seja experimentando as contradições internas do gênero na suas relações político-

* Departamento de Historia, Universidade de São Paulo, Brasil. E-mail: mariaclaudia.badanribeiro@gmail.com

² Importante destacar que a maior parte de mulheres que participaram da ALN mantiveram sua militância política no exterior, mas não podemos deixar de mencionar que mulheres e homens também passaram a se envolver com a causa revolucionária somente ao chegar ao país de exílio, já distantes da ditadura brasileira, e participando de grupos clandestinos ou tendo atividade legal em campanhas de sensibilização contra a ditadura e as violências que ocorriam no Brasil e na América Latina. Angelina Peralva, por exemplo, passou a militar no MR-8 em Paris, José Maria Crispim abandonou o movimento trotskista no Brasil para se integrar à ALN na Itália, Ana Maria Gomes, depois de um período vivendo na China, aderiu em Paris ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR,) nele permanecendo até 1975. E houve alguns militantes da ALN que retornaram ao PCB, célula-máter da organização.

partidárias. Mostra também como ressignificaram o espaço privado ao utilizarem os chamados “espaços femininos” no confronto político, transformando suas ações cotidianas em símbolos de resistência ao resgatar, proteger e preservar vidas.

É importante destacar que as trajetórias dessas mulheres foram múltiplas, assim como diversas foram suas capacidades organizativas, suas ações políticas e sua participação em seus processos sociais em território estrangeiro. O movimento de exílio para as mulheres militantes foi inicialmente mais uma designação política do que geográfica, de corpos femininos móveis e seus pactos. Ele também foi a história de decisões difíceis de luta, dos lugares de dores, mas também de solidariedades, atuando em correspondência com suas organizações ou desvinculadas delas, numa trajetória de interrogação pessoal e de construção de novas identidades políticas, como, por exemplo, a descoberta do feminismo e a luta pela anistia política (Abreu, 2014).³

As fontes principais desta pesquisa consistem de entrevistas realizadas com 50 militantes, explorando, sobretudo, os vínculos mantidos entre elas, destacando de que forma este “exílio militante” foi se organizando e dando origem a grupos ideológicos afins, nesta solidariedade que transcendeu muitas vezes o plano teórico e a ação coletiva, realizada também num plano individual e humanista, por pessoas que compartilhavam os mesmos valores e assemelhadas emoções no interior dos movimentos revolucionários daquele tempo.

Tentamos recuperar o dinamismo político dessas mulheres e sua inserção no cenário militante internacional por meio da manutenção ou não de práticas de cúpula, mas num contínuo deslocamento por *convicção*, e mostrar, ao mesmo tempo, que a experiência de luta também colocou em questão os modelos de suas organizações de origem.

Pouco se mostrou sobre o deslocamento funcional do exílio. No Brasil inexistem pesquisas que contribuam para se pensar e para se apontar atividades intergrupos, a solidificação de acordos sigilosos, com destaque para redes informais ou conspirativas, com exceção do trabalho de Cruz.⁴ A análise sobre este “ser político no exílio” segue caminhos

³ As experiências de exílio foram variadas. Mudanças de postura foram discutidas nos grupos feministas em relação ao Partido Comunista, aos grupos armados e à participação política da mulher. No caso da ALN, poucas mulheres se envolveram no movimento feminista, uma diferença notável em relação aos demais grupos armados. O feminismo, como o conhecemos hoje e suas diferentes vertentes no Brasil é uma construção tardia no movimento revolucionário e influenciado pelo exílio francês e pelos grupos de autoconsciência femininos. Cf. Abreu, *Feminismo no Exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*. Cf. Marques, Teresa Cristina Schneider (2015). “A esquerda brasileira exilada e o feminismo: a atuação política das brasileiras no Chile e na França (1968-1979)”. Cf. também Rosalen, Eloisa. (2016). “Vidas (entre) laçadas: relações de gênero nas memórias do exílio brasileiro (1964-1979) - Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

⁴ O primeiro trabalho de fôlego realizado no Brasil sobre exílio político foi o de Denise Rollemberg. *Exílio: entre raízes e radares* de 1999. Helenice Silva escreveu sobre o *exílio dos intelectuais brasileiros e chilenos na França em 2007*. Lucili Grangeiro Cortez se debruçou sobre *O drama Barroco dos Exilados do Nordeste* em 2005. Os trabalhos de Andréia Prestes Massena (2005) e de Desirée de Lemos (2013) procuraram analisar o exílio brasileiro em Moçambique, respectivamente em *Exílio em Moçambique: as experiências vividas em terra estrangeira durante a Ditadura Militar no Brasil* e *Os melhores anos de nossas vidas: narrativas, trajetórias e trajetos de exilados brasileiros, que se tornaram cooperantes na República Popular de Moçambique*. Maria José Chotil em pesquisa de pós-doutorado na França publicou, em 2015, *L'Exil Ouvrier: La saga des Brésiliens contraints au départ (1964-1985)*. Fábio Lucas da Cruz, em tese de doutorado de 2016, tratou do exílio de brasileiros em Argel, em *Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979)*. Em 2018 saiu publicado o livro de Daniela Morales Muñoz, *El exilio brasileño en México durante la dictadura militar, 1964-*

diferentes, quer se trate de analisar o trânsito de um grupo armado, de um grupo intelectual ou de um grupo de políticos tradicionais⁵, deixando de considerar também que o exílio e o sentimento de pertencimento dos que saíram ainda é tomado, sobretudo no período anterior ao golpe chileno (1964-1973), pela moral revolucionária, quando a concepção do homem engajado se estende para onde quer que ele se encontre, forjando laços entre diferentes linhas de esquerda e diferentes gerações de combatentes.

Ao acompanhar a cronologia deste engajamento percebemos que tal trânsito internacional e a solidificação de acordos de cooperação não estão representados na narrativa do exílio, e são, na realidade, a expressão de uma época agitada, de revoluções e libertações situadas no centro de uma esquerda que se preocupava com o Terceiro Mundo e queria modificá-lo pela ação revolucionária e/ou pelos canais do terceiro mundismo militante. Foram as grandes causas emancipatórias, ademais da solidariedade do Terceiro Mundo, que justificaram projetos originais de construção nacional em países como Cuba, Vietnã, África do Sul, Chile, Nicarágua, quando a ideia do perigo comum e a vontade de fazer algo situavam lado a lado países socialistas, movimentos nacionalistas e de libertação nacional. (Navarro, 2015: 110-115).

Para a aproximação das forças de oposição de esquerda teve grande peso uma identidade comum e revolucionária constituída na ação política, por aqueles que permaneceram sempre ativos, ainda que muitos deles não tivessem um vínculo político orgânico. O exílio não se constituiu apenas num recurso para escapar à repressão brasileira. Seria apressado, portanto, afirmar que o exílio foi vivido pela militância política enquanto “uma crise geral do sujeito revolucionário” quando a luta no exterior passou a ser mais de denúncias contra as violações dos Direitos Humanos. Os exilados haviam descoberto, segundo Roniger, o poder mobilizador do discurso emergente dos direitos humanos e, “embora não o adotassem a partir de um princípio em forma total, o faziam de uma forma tática” (Roniger, 2011: 53).

Observando o contexto da época constatamos que a defesa dos direitos do homem aparece como o motor de um combate global. Claro que a campanha pelos Direitos Humanos tinha seu valor ofensivo, pois podia influenciar a opinião pública internacional contra as ditaduras na América Latina, preparando suas quedas. Mas podemos nos questionar como Franco, “que mudanças nas identificações políticas e representações do passado a luta pelos direitos humanos encobre?” (Franco, 2008: 23). Por que a escrita deste período silenciou a história prévia ao golpe e a atuação política estratégica durante o exílio?

Falar, entretanto, dessa militância implica considerar também seus limites e o posicionamento dos Estados no acolhimento ofertado aos exilados políticos. É importante destacar, assim, as diferenças substanciais que existiram entre os países receptores, sobretudo para uma juventude mobilizada politicamente que encontrou lugar para a militância em países

1979. Rodrigo Pezzonia, em tese de doutorado publicada em 2019, tratou dos exilados brasileiros em Portugal pós-revolução dos cravos, em *Guarda um cravo para mim: os brasileiros exilados em Portugal (1974-1982)*. E neste mesmo ano surgiu a primeira tese sobre exilados brasileiros no Chile, no trabalho de Cristiane Medianeira Ávila Dias, *Minha terra tem horrores: o exílio dos brasileiros no Chile (1970-1973)* defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁵ Não há, no caso brasileiro, uma periodização definitiva sobre o período de exílio. Mazé Chotil considera duas fases fundamentalmente, 1964-1968 e 1969-1975. Denis Rolland considera cinco etapas: 1964-1968, 1968-1979, 1979, uma fase denominada “reconstrução da memória” e a quinta e específica; a fase chilena. Denise Rollemberg considera o exílio em três tempos 1964-1973, 1973-1975 (Chile), e 1975-1979.

como Cuba, Chile e Argélia, *lócus* que funcionou de maneira estratégica para o trânsito revolucionário.

Na Europa, embora vigorasse um discurso oficial de proteção aos exilados, este discurso quando se relacionava à esquerda radical, nem sempre esteve presente. A diplomacia francesa -no país que contou com o maior número exilados brasileiros- tentava se desprender dos militantes políticos, ou daqueles que exibiam posições políticas mais agressivas, ligadas à chamada “esquerda violenta”, para não comprometer as boas relações diplomáticas mantidas com o Brasil, além de evitar que a oposição brasileira funcionasse como elemento catalisador da oposição interna. (Rolland, 2008:73-75; Gomes, 2019).

A militância política, portanto, e suas identidades transnacionais ficaram silenciadas quando a experiência revolucionária passou a ser portadora de uma sanção moral no exterior, em consonância com a política de acolhimento a refugiados pelos Estados europeus. Pouco destaque, por isso, foi dado às redes que funcionaram de maneira clandestina, dependentes de simpatias pessoais e políticas, de diretrizes da organização ou da constituição de novos grupos de resistência no exterior, tanto na América Latina (Guatemala, Venezuela, Peru, Nicarágua), como na Europa em alguns países africanos, onde brasileiros se integraram à luta de libertação como em Guiné Bissau e Angola, imbuídos da ideia de uma revolução continental (Cannabrava, 2003).

Se a estigmatização europeia fez eco à rejeição do militante por parte do Estado ditatorial brasileiro, determinando a política de recebimento de exilados, países de orientação de esquerda, por sua vez, atraíram ou mesmo quiseram interferir no processo revolucionário brasileiro, como foi o caso de Cuba (Paz, 1997). Essas redes políticas de solidariedade que prosperaram naqueles anos não devem, porém, ser compreendidas apenas como um ato de caridade indiferenciada, mas como um apoio a forças que agiram movidas por ideais revolucionários num contexto mundial explosivo, onde imperava a Guerra Fria, sem desconsiderar também que esta solidariedade nem sempre foi independente, tendo assumido a forma de assistência, clientelismo ou mesmo ingerência.

A circulação de militantes por países socialistas ou não alinhados, como Tchecoslováquia, Iugoslávia, Alemanha Oriental, União Soviética, Albânia, Bulgária e Iugoslávia também teve pouquíssima ressonância na literatura brasileira, embora estes países funcionassem como rotas de passagem e mesmo de permanência da esquerda tradicional partidária.⁶

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), por exemplo, continuou atuante no exterior, promovendo encontros e reuniões, realizando eleições entre seus dirigentes e publicando seus boletins. Instalado em posições de poder no exterior, o partido oferecia estrutura de trabalho e militância aos recém-chegados. Marly Vianna, militante do PCB, deixou o Brasil em 1974. Segundo ela, o Partido havia dado uma ordem aos seus militantes para que nenhum deles

⁶ Para citar alguns exemplos, Beatriz Riff se exilou na Iugoslávia, deixando o Brasil de navio em companhia do Ministro do Trabalho de João Goulart, Amaury Silva. Affonso Delelis, sindicalista atingido pelo golpe de 1964, foi viver na ex-URSS. Armando Ziller, expulso do Brasil, passou parte de seu exílio na Tchecoslováquia. Irani Campos, Eduardo Benevides e David Farias se exilaram na Alemanha Oriental. Jovelina Tonello Nascimento e Manoel Dias do Nascimento foram viver um período na Coreia do Norte. Ana Maria Gomes viveu na China. Olívia Rangel Joffily, Bernardo Joffily e família se exilaram na Albânia. Takao Amano se exilou na Hungria.

retornasse ao país de origem e enviou pessoas para o exterior. Marly trabalhava na assessoria do Comitê Central junto ao movimento sindical e revela que seu trabalho na direção do PCB era completamente clandestino. Como afirmou: “levava a clandestinidade a sério, inclusive em Paris”. Das fileiras do PCB ninguém pediu asilo. O Partido não se dizia exilado”.⁷

A frase dita em outros países, “eu sou um comunista brasileiro”, abria portas. Muitos militantes brasileiros estabeleceram laços com outros partidos, chegando, como afirmou Paulo Cannabrava, para “cobrar fidelidade” (Entrevista a Paulo Cannabrava, São Paulo, 17 de maio de 2012). Os contatos no mundo socialista continuaram a ser realizados a partir das ramificações da estrutura do partido, como a Federação Mundial da Juventude Democrática, a Federação Sindical Mundial em Praga, a União Internacional dos Estudantes na Hungria, a União Mundial de Mulheres em Berlim Oriental.

O exílio dos brasileiros até o golpe chileno se manifestou mais na imagem do sujeito errante do que na do refugiado à espera de fixação. Por isto os marcos temporais no estudo do tema devem se ater ao tipo de trânsito realizado nos “países de adoção” e ao elemento que determinou a permanência ou a fixação dos exilados no exterior. Os vínculos permanentes com a luta também determinaram o pedido de estatuto de refugiado (Rollemberg, 1999; Chotil, 2015) ou a manutenção de situações híbridas.

Pouco sabemos a respeito da evolução das forças e métodos revolucionários fora dos limites nacionais. Sabe-se que continuaram a prosperar nos anos subsequentes, embora a interpretação do fenômeno venha continuamente apontando o exílio brasileiro na Europa como um desgarramento político e um desenraizamento pessoal de traços subjetivos que esvaziaram seu conteúdo político, ao aproximar sua análise da plataforma de direitos humanos, que tentava mobilizar a empatia pelos recém-chegados das ditaduras, criando uma rede de sensibilização europeia contra a violência na América Latina.

Preponderou na literatura especializada sobre exílio político o chamado “estado de espera” do exilado. Mesmo a ideia de um exílio definitivo na Europa pós-golpe chileno também deixou de lado experiências que ultrapassaram este marco temporal, vindo a ganhar espaço na América Central, nos países do Oriente Médio e mesmo em trajetórias isoladas de militantes

⁷ Palestra de Marly Vianna, Mesa 02 Mulheres e Lutas Políticas, 05/10/16. I Colóquio Internacional Movimentos: Trânsitos e Memórias, Niterói, 4-06 outubro de 2016. No caso chileno, 2.000 pessoas se refugiaram na República Democrática Alemã (RDA) após o golpe que destituiu Allende, entre eles estando a ex-presidente chilena, Michelle Bachelet. Muitos encontraram asilo, mas também muitas dificuldades de adaptação, a começar pelo rebaixamento profissional, trabalhando como operários fabris na chamada fase de proletarização, que, à semelhança do estabelecido pelo Partido Comunista Chileno, era também a política adotada pela Alemanha Oriental. Eram considerados pelo regime alemão como pessoas muito letradas, sendo que nem todos eram ligados ao partido comunista ou gozavam dos privilégios reservados aos seus mais altos escalões. Começaram a chegar ao país em setembro de 1975 sendo acolhidos pelo Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA), e recebendo do governo entre 2.500 a 5.000 marcos para a sua subsistência e para a compra de imóveis, já escassos durante o regime, o que não deixou de contrariar parte da população da RDA, muito crítica em relação à presença dos latino-americanos exilados, passando a hostilizá-los e a alegar que as mães chilenas deixavam seus filhos pelas ruas, não tinham cultura e não sabiam limpar janelas e lavar as roupas (Messer, 2020, Koch, 2017). A pesquisa de Buriano também mostrou a configuração do exílio para a família de uruguaios refugiados na ex-URSS, Ucrânia e Ásia Central, assinalando que as mulheres desempenharam nesses países os mesmos papéis culturais que lhes eram atribuídos pela sociedade expulsora, vivendo na condição de esposas subordinadas aos militantes do partido ou aos seus maridos, embora estes estivessem muito mais submetidos à autoridade partidária do que elas (Buriano, 2012).

que permaneceram ou voltaram ao Cone Sul após a queda de Salvador Allende. A ânsia da volta também não apareceu na narrativa, quando muitos militantes tentaram o retorno ao país de maneira clandestina.

A adesão a grupos armados persistiu no exterior, assim como treinamentos em Cuba, Coréia do Norte, Israel, Argélia (Paz, 2013; Miyaki, 2010; Chotil, 2015). O trabalho e a moradia destes militantes também eram expressão deste engajamento (Chotil, 2015) e obtidos mediante contato com antigos *partigianos* italianos (Isola 2009: 61-92) ou resistentes franceses (Ribeiro, 2016). Estes exemplos mostram como a oposição atuou silenciosamente no exterior e nos dão maiores elementos para pensar sobre o desejo de continuidade da luta, as formas que os exilados encontraram para a militância e mesmo as implicações que estas atividades tiveram para a ação repressiva de Estado.

No caso de brasileiros no Chile, o exílio pareceu uma extensão do campo político no qual os militantes já estavam acostumados a atuar, quando muitos se deslocaram para aquele país com passaportes falsos e pretendiam estabelecer um trampolim para atividades clandestinas. Brasileiros no Chile também fizeram cursos de treinamento na Cordilheira dos Andes (Guarany, 2012) e o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) ofereceu às brasileiras a possibilidade de dar prosseguimento à atuação política no exílio, ao criar redes de resistências contra o golpe de Pinochet (Marques, 2015: 120).

Se a vulnerabilidade não era a vigente do Brasil, muitas vezes as estratégias adotadas no exterior já eram práticas definidas anteriormente pelas organizações de luta armada. Uma das diretrizes da Ação Libertadora Nacional (ALN), por exemplo, aos seus militantes no exterior, era desbravar a Europa visando contatos e apoio financeiro. Com o título em italiano *Ai rivoluzionari europei*, Marighella solicitava colaboração em recursos e armas aos antifascistas italianos pelo jornal *Unità* [Unità, 08 nov. 1969, 7].

A maior parte das atividades, porém, eram revestidas de discrição, evitando riscos públicos como adesão a campanhas, aparecimento público em locais de aglomeração de brasileiros ou em outras atividades de denúncias internacionais.

A atuação política não deixou de ter continuidade, embora as leis europeias determinassem claramente que todo exilado protegido estava proibido de se ocupar de política nestes territórios. É importante considerar que parcela considerável de banidos ou exilados eram quadros da luta armada e houve militantes que se recusaram a sair do Brasil por meio dos sequestros. Mesmo militantes partidários ou sindicalistas já eram conhecedores do exílio político em passado recente e estavam familiarizados com o “turismo” político internacional, mantendo interlocução com grupos armados, ou contando com sua colaboração em determinados momentos. A saída do país conferiu maior mobilidade à militância no exterior, transformado o espaço do exílio numa área operacional de oposição à ditadura brasileira.

Mulheres da ALN e a atuação política no exílio

A atividade política das mulheres persistiu durante o exílio, assim como uma ampla tarefa de apoio e solidariedade posta em funcionamento pelas militantes. Muitas mulheres tiveram que conviver com as ditaduras do continente latino-americano participando igualmente do processo de resistência ou contando com a cooperação da própria população para conseguir alimentos, esconderijo, contatos etc. Não podemos, portanto, deixar de considerar as

experiências vividas por essa resistência que, embora distante do país de origem, acabou de alguma maneira colaborando com a oposição política no Brasil. Essas mulheres foram testemunhas também de outros dramas políticos e pessoais na América Latina, Chile, Argentina, Peru, Bolívia, Panamá. Como fizeram, então, para sobreviver em meio à carência de alimentos, transporte, moradia, tendo que se adaptar a uma nova realidade?

Como veremos, algumas mulheres desenvolveram atividades de formação política, ocuparam-se da imprensa clandestina, formaram grupos de debate, realizaram trabalhos assistenciais. Marques (2015:120) destaca a atuação de brasileiras no Chile, vinculadas ao Movimento de Esquerda Revolucionaria (MIR), que participaram das chamadas “Juntas de abastecimiento y precios”, trabalho voluntário de militantes e simpatizantes do governo socialista, que procurava regular a distribuição de mercadorias e controlar os altos preços causados pela emergência do “mercado negro”. Entre as brasileiras vinculada ao MIR que participaram dessas atividades, destacou-se a mato-grossense Jane Vanini, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO).

A casa de Ruth Tegen no Chile, por exemplo, serviu de abrigo para muitos militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN). Nela funcionou também uma gráfica. Ruth integrou-se à Tendência Leninista, uma dissidência da ALN, composta pelos militantes Rolando Fratti, Ricardo Zarattini, Dario Canalli entre outros que foram aderindo ao grupo à medida que chegavam.

Durante o exílio chileno alguns jornais foram editados e distribuídos em conjunto com outras organizações. O jornal *Ação e Resistência*, por exemplo, foi confeccionado no Chile em cooperação com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Era publicado em espanhol e distribuído no Brasil pelas correntes de transmissão clandestinas que atravessavam a fronteira. Começaram a aparecer no início de 1971, acompanhando depois a chegada dos banidos com o sequestro do embaixador suíço.

Embora Marques (2015: 123) afirme que durante o exílio chileno a pauta do feminismo não tenha sido incluída entre os temas a serem debatidos, nem pelos grupos armados e tampouco pelos grupos chilenos aos quais as brasileiras se vincularam - quando o objetivo no Chile era a defesa do projeto socialista - a militante Ruth Tegen integrou a Rede Democrática de Mulheres, um grupo que oferecia assistência às esposas dos militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, chegando ao Chile, tiveram muitas dificuldades de adaptação. Como ela conta,

Então, a gente começou, a ideia inicial foi da Zuleika [Zuleika Alembert], que era do partidão, que o partido devia estar começando através dela a se interessar pelo feminismo e a preocupação da gente era com essas mulheres que foram para lá, mas que não tinham muita noção do porquê estavam lá, porque tinham saído do Brasil, porque muitas, o marido era militante e elas nem sabiam e não entendiam muito porquê, e até fica difícil você ficar no exílio sem eu não posso ir, eu não posso ver a minha família mais, e a gente começou a fazer um... montou esse comitê de mulheres brasileiras, foi, fazia reuniões, fazia o oito de março [...] eram pessoas que estavam num país estranho, quando chegaram, mas ninguém falava, elas não entendiam direito (Entrevista de Ruth Tegen, São Paulo, 10 de abril de 2010).

A tentativa era, como já assinalado, não só de dar assistência a essas mulheres, mas tentava-se organizá-las junto à militância política. Muitas delas, a partir de trabalhos voluntários, também auxiliavam a resistência chilena. Como disse Ruth,

Nessa época, antes da tentativa de golpe, durante o governo Allende, fazia assim, para ir montar uma praça em algum lugar, para ir pintar escola, esse tipo de coisa, depois a resistência foi mais organização em termos de alimentos, de distribuição de alimentos [...] E o contato da gente o que tinha, a gente tentava levantar o que tinha de arma, de tudo para passar para eles. Pelo que estava lá, pela perseguição que estava aos estrangeiros, a gente viu que quando não desse, a gente tinha que sair mesmo, porque estava ficando cada vez pior (Entrevista de Ruth Tegon, São Paulo, 10 de abril de 2010).

A prática do grupo, contudo, apesar do estímulo a uma militância mais organizada, era bem leve, como disse Ruth, “era bem solto, a gente comemorava, o dia internacional, fazia festas e reuniões [...]” (Entrevista de Ruth Tegon, São Paulo, 10 de abril de 2010). No Chile, Ruth ajudou a abrigar muitos militantes em embaixadas. Tarefa difícil, pois as pessoas tinham que atravessar as ruas de Santiago sob fogo cruzado, enfrentando a vigilância da embaixada e o toque de recolher.

Para Eliete Ferrer, que também chegou ao Chile um pouco antes do golpe, a situação foi trágica. Pelo seu depoimento sentimos um pouco do clima então vigente,

No Chile só foi fugir, não fiz nada lá. Só me mantive viva. Meu objetivo era me manter viva, a mim e as pessoas porque em seguida veio o golpe, a gente mal chegou no Chile, não conhecia nada, mal falava espanhol. No Chile se a gente bobeasse a gente morria. Primeiro dia, por exemplo, a polícia bateu lá, além de mil coisas, nos levaram para o terraço e fizeram fuzilamento simulado. Mas, você passa por mil sobressaltos, desde que eu cheguei no Chile, praticamente dentro do golpe até a hora em que eu cheguei na Suécia. Então foi um negócio incansável, você não podia dormir direito, que você podia morrer, você não podia falar que... sabe, tudo, você precisava pensar em tudo, ter resposta para tudo [...]. Então foi um horror para mim, sobreviver no Chile depois do golpe [...]. Os carabineiros tentaram estuprar a gente, então um período muito difícil, muito ruim, muito duro. Mesmo aqui no Brasil com a prisão do Luiz Carlos [Guimarães], eu passei muito mal, mas no Chile foi muito pior, porque você está no país dos outros, você não domina a língua, recém-chegada, recém-saída do Brasil. Eu não tive tempo de elaborar nada da minha vida, eu cortei a minha vida total, país, universo, espaço, tudo e eu só fui descansar dois anos depois que eu já estava na Suécia (Entrevista de Eliete Ferrer, Rio de Janeiro, 23 de junho de 2010).

A ajuda, qualquer que fosse, tinha peso diante de um contexto de terror de Estado e por isso a busca por proteção nas embaixadas no Chile era fundamental. Como disse Ruth,

E a gente conseguiu colocar pessoas dentro das embaixadas [...]. Eu me lembro que o Marco [Moro] levou o Luiz Antônio Medeiros para a embaixada, ele foi para Venezuela. A Zuleika Alembert também foi para a Venezuela, é porque tinham algumas [embaixadas] que estavam mais fáceis de colocar, na da Itália estava meio complicado porque começaram a colocar carabineiro para tudo quanto era canto. Nós chegamos a ir num amigo equatoriano, que nos levou [até a embaixada], a Mila, a filha do Fratti, ficou lá. A Mila tinha 14 anos. A gente morria de medo. Qualquer noite os caras iam mesmo nos apartamentos, a gente tinha medo do que pudesse acontecer e a mãe dela conseguiu entrar na embaixada do Panamá. E daí a gente foi para a embaixada do Equador, nós chegamos

lá o cônsul chamou a gente de terrorista, eu com o Pedro no colo, ele tinha um ano. Ele nos botou para fora assim meia hora antes do toque de queda, nos enxotou daquela embaixada. Daí a gente conseguiu ficar numa casa de um pessoal [...]. Depois no dia seguinte a gente contatava o pessoal para ver no que que a gente podia ajudar, quem tinha que ser tirado, para onde ia. Aí a gente conseguiu levar algumas pessoas para algumas embaixadas, até que vimos que a gente tinha que ir também, aí a gente acabou indo para a embaixada do Panamá, depois foi até o Theotônio dos Santos, quem arrumou uma casa e aí transferiu o consulado para lá (Entrevista de Ruth Tegon, São Paulo, 10 de abril de 2010).

Abandonando o Chile após o golpe, Ruth foi para a Europa. Estabeleceu-se na Bélgica. O trabalho com o grupo de mulheres no Chile foi ganhando novas configurações, já em contato mais estreito com o Partido Comunista, para as fileiras do qual Ruth havia retornado em 1974.

Mas depois eu acabei, eu acho que a Zuleika até que me convenceu mais, talvez até pelo trabalho que o partidão estava fazendo que a gente fez uns documentos, os primeiros documentos do partido das mulheres não é, que a gente discutia com o Giocondo Dias, a gente tinha já uma história desde o tempo do Chile, com a Zuleika, com as mulheres. A Zuleika chegou depois a escrever vários livros e quando eu estava na Bélgica, a gente continuou. Aí quando eu entrei no Partido, eu participava com ela, com a Cristina [Ocariz], que era mulher do Régis Stephan de Castro, a Cristina era uruguaia, a Cristina que hoje é casada com o Leandro Konder. E o Leandro a gente chamava muito, ele ia muito na Bélgica para palestras com estudantes, participava bastante das coisas da gente lá. Que a gente fez um trabalho na Bélgica também com os estudantes brasileiros. Quando o Prestes esteve lá, ele reuniu estudantes brasileiros militantes. Então eu e a Zuleika a gente começou a trabalhar para fazer o documento do partido, porque tinha uma parte do partido que achava que isso era uma preocupação pequeno burguesa. A Anita [Prestes] principalmente, ela nem tomava conhecimento. A Anita era um sargento do partido. E a gente começou a se organizar, tinha um pessoal do PCB, tinha de tudo, que fazia reunião. Até o Armênio Guedes, que era do PCB e que representava eles lá, ficava irritadíssimo porque era para todo mundo se apresentar e eu ia como o Comitê de Mulheres Brasileiras. E o Giocondo deu o maior apoio para a gente, a discussão do documento era feita junto com o Giocondo na casa da Zuleika em Paris. E o documento saiu, um livrinho se eu me lembro bem sobre os comunistas e a questão feminina, da mulher. E era uma resolução bem avançada. Que era um problema da discriminação da mulher, por que todas passam, que não era uma questão social, era uma questão de discriminação [...] era o começo, mas a gente chegou bem no começo desse resgate do PCB no Chile e depois com o pessoal em Paris, que já estava até mais avançado. Daí já tinha o movimento aqui no Brasil também, que a gente trocava ideia com eles. Essa militância do PCB era constante, organizar coisas, a gente ia às festas porque tinha o jornal dos partidos políticos, a gente ia na França do *Humanité*, tinha na Bélgica, a gente participava, montava barraca do PCB também lá, e tinham conjuntos de música que cantavam quando tinha festa, dos gregos, dos comunistas gregos, dos portugueses, 1º de maio, a gente participava de tudo, as crianças participavam também (Entrevista de Ruth Tegon, São Paulo, 10 de abril de 2010).

Sandra Brisolla também realizou alguns trabalhos políticos no Chile. Passou a manter contato com o MIR e a se encontrar com cerca de vinte mulheres camponesas. Era segundo ela,

[...] um pessoal querido, muito simples. E morava mesmo no campo. Era perto de Santiago, mas era no campo. E o Chile não tem muita terra. O Chile é uma tripa. Mas, eles tinham feito reforma agrária. Então eles tinham uma certa consciência política por causa da reforma agrária que tinha distribuído terra. O pessoal da Democracia Cristã fez reforma agrária, não foi nem o Allende. Foi antes, foi o período anterior. Então e esse pessoal, tinha

um pessoal que era do partido socialista e obviamente no campo as atitudes machistas são muito mais arraigadas do que nas cidades, não é? Então tinha casos do homem que não deixa a mulher sair, que não deixa a mulher trabalhar, que não deixa a mulher fazer várias coisas, quer mandar no que ela faz e a gente discutia muito essas coisas com elas. Como elas tinham que reagir, como elas tinham que se organizar, e como elas podiam criar algumas facilidades que permitissem que elas se liberassem de várias tarefas domésticas para poder fazer outras coisas. E também alguns cursos de formação política. E depois eu comecei a militar no MIR quando eu terminei a Faculdade e comecei a fazer a pós-graduação. E aí eu já no final eu saí (Entrevista de Sandra Negraes Brisolla, Campinas (SP), 24 de outubro de 2008).

Maria Lygia Quartim de Moraes também chegou a ter algum vínculo com o Rede Democrática de Mulheres no Chile,

Eu entrei em contato, tive reunião com elas, mas no Chile a organização foi feita mais sob o controle do Partidão era a Zuleika Alambert. Aí a gente entrou de *entrismo* assim, as guerrilheiras, nós entramos de *entrismo*, então por exemplo assim, reunião com aquele mulherio todo, então vamos fazer o Natal da criança, aquelas coisas do Partidão, então, dia tal, dia da Paz. Aí eu levantei a mão, companheiros, eu tenho uma proposta, que o dia 8 de outubro seja comemorado o dia do guerrilheiro herói, aí a assembleia aprovou. Então era um pouco assim a coisa, então fazia aquelas coisas de mulher [...]. Então faziam festas de Natal, essas coisas de confraternização, que era legal, porque eram para as pessoas realmente mais pobres entende? O Chile deu chance para muito mais gente do exílio, e eu perdi em vista dessas pessoas, porque os meus filhos tinham muito mais respaldo. Quando nós chegamos na França, nós tínhamos a dupla experiência, primeiro eu já tinha a experiência de luta de classes, eu vi o que que é a mulher reacionária, aquela mulher batendo panela contra o Allende, então sabe assim, eu sempre fui feminismo e luta de classes. Mas também era contra o partidão, porque eu era feminista (Entrevista de Maria Lygia Quartim de Moraes, Campinas (SP), 17 de setembro de 2003).

Na França, algum tempo depois, Maria Lygia participou do Círculo das Mulheres em Paris, que deu ensejo à criação de novos grupos feministas na volta ao Brasil.

Mas o grande grupo de mulheres se fez depois que eu estava no Brasil, que foi o Coletivo de Mulheres Feministas, acho que era o Coletivo de Mulheres Brasileiras, eu não me lembro qual era o nome do Coletivo, era o Coletivo, eu mesma depois estava no Brasil no *Nós Mulheres*, eu discutia com elas e foi um grupo extraordinário. Porque aí reuniu gente para caramba (Entrevista de Maria Lygia Quartim de Moraes, Campinas (SP), 17 de setembro de 2003).

Desfrutando de uma situação financeira privilegiada, Maria Lygia pôde ajudar exilados recém-chegados a cruzar a fronteira. Iam de carro, sem passar pelo controle,

A minha cunhada, por exemplo, a Miriam queria ir para a França. E era de uma família muito rica, então nós tínhamos, o Eduardo [Kugelmas] tinha um carrão, a gente tinha um baita carrão, a gente foi, pegou a Miriam Abramovay, marido, filhos, e enfiamos no carro e entramos na França, porque de carro naquela altura não tinha problema e assim o Eduardo vira e mexe ia buscar alguém (Entrevista de Maria Lygia Quartim de Moraes, Campinas (SP), 17 de setembro de 2003).

No Chile, recém-chegada em dezembro de 1971, Maria Lúcia Alves Ferreira (Malu) encarregava-se da produção da Revista *Unidade e Luta* já ligada à Tendência Leninista. Foram

produzidos cinco números da revista. O golpe abreviou o processo de criação e expansão da revista, como ela afirma, embora a orientação da TL fosse a de dar continuidade à luta, voltar a se engajar no Brasil ou ir para Cuba,

[A Revista] em textos de discussão, tem uma entrevista com o José Ibrahim, muito boa chamada Comissão de Fábrica. Eu fotografava as revistas por microfilme e a gente mandava do Chile para o Brasil, e eles que revelavam aqui. Eu ia me mudar para a Argentina porque a Tendência ia se mudar para a Argentina [...]. Todo mundo queria que eu voltasse para Europa [...], mas eu não queria, porque eu tinha a minha ligação com a Tendência [...] então eu tinha compromisso. [...]. Eu jamais podia imaginar [que houvesse o golpe chileno]. Era tudo muito rico, todo o processo chileno que a gente vivia, a gente tinha muita esperança [...] eu cheguei lá era dezembro de 1971, já 1972 (Entrevista de Maria Lúcia Alves Ferreira, São Paulo, 30 de agosto de 2010).

Nos fins de semana Malu também realizava trabalhos em pequenas comunidades e nas fábricas. Era um trabalho organizado pelo MIR, embora ela não tivesse vínculo com a organização. Foi nomeada também membro da diretoria da Rede Democrática de Mulheres e contou que o grupo participou de muitas denúncias contra a ditadura civil-militar no exterior, além de promover seminários e debates. Segundo ela, debatia-se não só a condição das militantes presas, mas também a questão da mulher no Brasil. Enquanto esteve na França, recebeu também muitas denúncias vindas do Brasil para difundi-las. Um esquema de circulação de informações pela Europa foi estabelecido por Frei Osvaldo e José Luís Del Royo; e colegas de militância com formação acadêmica mais sólida ajudavam na obtenção de bolsas de estudos para os que chegavam. Em relação à militância, Malu afirmou, “a gente não viveu em função disso, as pessoas tinham a sua vida, eu fiz um curso de mestrado em Paris [...]. Eu ia muito para a Argélia porque eu fiquei muito amiga desse casal, o Carlos Knapp e a Eliane Toscano (Entrevista de Maria Lúcia Alves Ferreira, São Paulo, 30 de agosto de 2010).

Morando em Argel anos antes, Eliane Zamikowski tornou-se a representante da ALN no país. Sua atividade era permitir a entrada em segurança dos militantes de sua organização.

Eu era [responsável] só pela ALN, porque tinha um argelino que era responsável pelas outras organizações que estavam exiladas em Argel. Então o meu contato era só com ele. Quando o Vladimir Palmeira chegou em Argel eu fui buscá-lo no Aeroporto, eu me responsabilizava por algumas pessoas que entravam em Argel, que eu conhecia que não eram espíões nem nada. E aí levava para alguns lugares, era esse o meu trabalho em Argel. É, se realmente eram pessoas que estavam ligadas ao movimento ou se eram pessoas que estavam se infiltrando em Argel. Teve muito problema em Argel. Busquei, por exemplo, o Frei Osvaldo, que ficou hospedado na minha casa muito tempo, a Drozila [Maria Drozila Vasconcelos] teve também na minha casa. Algumas pessoas que chegavam assim ficavam lá. Eu me lembro da Vera Tude e também da Drozila. É, em Argel ela tinha alguma função, mas também era um negócio meio secreto, que eu não ficava especulando muito, porque as pessoas agiam muito assim, então a gente não ficava conversando sobre o que que um ia fazer. Quando você volta de Cuba você está muito impregnada de que você não deve falar nada [...] porque a gente estava imbuída dessa ideia de não falar para não prejudicar ninguém, para não se envolver. A Malu que foi para o Chile, eu que preparei a ida toda dela para o Chile lá de Argel, porque ela estava morando na minha casa em Argel e ela queria ir para o Chile. E como eu era representante da ALN lá perante o governo argelino, eu que arrumei dinheiro, arrumei passagem, tudo para ela... o governo argelino era quem fornecia esses papéis porque eles lá tinham organizações de todo o mundo (Entrevista de Eliane Toscano Zamikowski, São Paulo, 02 de setembro de 2010).

Eliane também participou, na Europa, de encontros feministas em Londres e na França. Como afirmou,

A gente tinha um grupo de mulheres em Londres, que eram as feministas naquela época, 1972 porque eu morei em Londres 1972, 1973, 1974, aí eu fui para Barcelona. Então foi em 1973 foi assim complicadíssimo porque teve o onze de setembro e a queda do Allende. Então muitos brasileiros passaram por situações terríveis, inclusive a Malu, que ficou presa na embaixada do Panamá, numa situação terrível. A Ia [Maria Lygia Quartim] mesmo, embora morasse em Paris, ela estava sempre lá, tinha um grupo de mulheres, a gente frequentava os grupos em Londres e os grupos em Paris. O que estava acontecendo naquele momento, era exatamente o contrário que eu sentia. Nos anos 60 teve aquela da mulher se voltar contra o homem, sabe, para se afirmar como ser humano, para ser respeitada, ser livre tudo que aconteceu nos anos 60. Mas aí caiu num exagero, no meu modo de ver. Não só hoje em dia, mas naquela época também eu via, caiu num exagero muito das mulheres ficarem com uma raiva dos homens, tudo era culpa dos homens. Tinha um livro de uma americana [Gloria Steinem] que todo mundo lia que era assim, o título do livro, “Uma mulher precisa tanto de um homem quanto um peixe de uma bicicleta”. Então tinha um exagero assim nas leituras que eram feitas, nas colocações. Eu sentia que era um exagero e depois as próprias feministas começaram a sentir isso porque começou a ter uma publicação de livros totalmente diferente, das mulheres que estavam muito insatisfeitas com tudo isso, porque elas estavam se sentindo sozinhas, porque elas assumiram um papel que estressava demais porque tinha três, quatro papéis, então eu sei que a vida dessas militantes feministas muito radicais se tornou um inferno. Quando eu vim aqui para o Brasil, eu conheci muitas delas, que eram sexólogas, militantes do PT, extremamente radicais, mas extremamente infelizes. Aquilo que eu sentia. Eu também não gostava muito porque essas reuniões acabavam sendo assim, reuniões para falar mal do marido ou do namorado e ficavam todas contando coisas particulares (Entrevista de Eliane Toscano Zamikowski, São Paulo, 02 de setembro de 2010).

Sônia Maria Ferreira Lima exilada no Chile e posteriormente na Suécia integrou-se à Rede Democrática de Mulheres. O grupo continuou, como ela conta, atuante na Suécia e no Panamá,

O Grupo de Mulheres Democráticas brasileiras era um grupo que sobreviveu ao Chile. Cheguei clandestina [ao Chile], era só tratar da saúde e voltar ao Brasil. Aí começou as mortes e o Tavares [José da Silva Tavares] voltou e acabou com a essência nossa que tinha ficado. A gente tinha contatos com a Suécia, o pessoal mandava roupas da Suécia, a gente tinha uma organização de distribuir roupa, porque contando para você parece que não é nada, mas era coisa assim, importante, bem importante. E era o pessoal do Partido que estava organizando tudo isso. E aí, o Grupo de Mulheres Brasileiras, de Mulheres Democráticas, que era assim, uma função assim muito mais por assim dizer, dona de casa. Dona de casa organizada. Eu e a Elza tínhamos muito contato, contato político, a gente tinha reuniões de célula, o César Maia e eu. Mas eu tive contato com o pessoal, um por um, em lugares diferentes. A compartimentação.... É, a gente fica com muito vício, mesmo nos tempos assim... porque o Lênin fala, que a gente deve lutar no tempo de paz e no tempo de guerra. Mas a gente continua Trabalhava mais em Santiago, e depois a gente foi para Entroncamentos. Eu era da direção, mas eu acho que o nível político era muito baixo das mulheres do partido. Era essencialmente de mulheres que saíam com o marido e os filhos. Houve muito disso (Entrevista de Sônia Maria Ferreira Lima, Ouro Preto (MG), 27, 28 e 29 de fevereiro de 2009).

Apesar de ter superado a fase chilena, Sônia acredita que o grupo não logrou um salto de qualidade política muito grande.

No Panamá a gente continuou com o Grupo Democrático de Mulheres e na Suécia também, a gente continuou a trabalhar mais com as mulheres do partidão. Eu me lembro, uma que era do partidão, que trabalhava no Palácio das Artes em Belo Horizonte que chama Nair, o filho dela se matou, a Valquíria, que era casada com o Nóbrega que era da VPR, Margot Rachid, depois tinha um pessoal do Ceará, um pessoal do Nordeste. Depois tinha uma que chama Valdenice, que era casada com o Washington que era do nordeste do Brasil que também está no processo de anistia. Como eu te digo, elas eram assim umas senhoras que acompanhavam. Eu te diria que não deu um salto de qualidade, e eu acho que o partido comunista, não é que eu tenha uma ojeriza contra o partido comunista, mas a formação de quadros já estava...eles davam golpes nas direções. Eu era presidente do Grupo de Mulheres Democráticas, aí eu quis juntar chileno, eu quis juntar uruguaios, argentinos, porque aí os uruguaios já estavam chegando [à Suécia], o pessoal da Argentina já estava chegando, então a gente queria assim uma organização de mulheres. Não podia falar socialista, nem comunista porque tinha muita mulher que não aceitava, então a gente dizia, democrática é melhor, porque, assim para todo mundo. E davam golpe entende? Botavam outros, às vezes tinha reunião grande e eu como presidente convocava as reuniões, os secretários, e de repente as mulheres do partidão falavam assim, hoje a reunião vai ser para eleger a diretoria. Aí colocavam gente que nem sabia o que estava fazendo lá. Havia uma polarização, entende? Era mais uma organização para as mulheres latino-americanas (Entrevista de Sônia Maria Ferreira Lima, Ouro Preto (MG), 27, 28 e 29 de fevereiro de 2009).

O grupo, composto só de mulheres, permaneceu realizando reuniões até a Anistia ser promulgada no Brasil. Sônia continuou militando e participou ativamente das campanhas pela Anistia na Suécia, que mobilizaram muita gente. O grupo de mulheres, com a decretação da Lei de Anistia e a possibilidade de volta ao Brasil dos militantes, ficou então dividido, como ela se recorda, “depois veio a luta pela Anistia, que também a gente ficou dividido. Eu participei. Eu ia fazer contatos internacionais, França, Bélgica, essas coisas. Chamava Brasilien Komitee, Comitê Brasileiro, os jornais. Era uma A4, uma folha A4 dobrada em dois, usava todo o espaço, assim uma letrinha pequenininha” (Entrevista de Sônia Maria Ferreira Lima, Ouro Preto (MG), 27, 28 e 29 de fevereiro de 2009). Junto à distribuição do Boletim, essas mulheres também arrecadavam dinheiro por meio de festas e reuniões:

Todo mundo fazia isso lá, vendia comida, empanada chilena, vendia vinho, para arrecadar dinheiro, sempre fazia isso sim. Eu tenho a coleção [do Boletim] em casa. O nosso boletim do Comitê Brasileiro fez assim muita divulgação da política burguesa brasileira, das denúncias, documentos assim que o pessoal conseguia, documentos secretos da embaixada [...]. A gente continuou se reunindo até setembro, outubro de 1979 se eu não me engano, sai o Decreto da Anistia. Aí, a gente se dividiu, todo mundo veio para o Brasil. Os que puderam vieram para o Brasil logo. O Hécio e a Paloma já tinham nascido, o Hécio é de 1974 e a Paloma de 1976. Aí em 1979 eu comecei a estudar Psicologia, já comecei a trabalhar como professora de espanhol e português em 1975, sabia muito pouco sueco, mas arranhava um pouco inglês, estudei inglês aqui (Entrevista de Sônia Maria Ferreira Lima, Ouro Preto (MG), 27, 28 e 29 de fevereiro de 2009).

Eliete Ferrer também viveu o exílio sueco e participou de algumas atividades junto ao Comitê de Anistia,

Eu tive participação nesses comitês, tive participação em entrevistas. Muitas vezes a gente foi entrevistado sobre o Chile, sobre o Brasil, então sempre que eu podia eu denunciava. A gente vivia lá com o pessoal do chamado Chile Comitê que nos dava guarida para caramba, nos ajudava bastante. Fora a ajuda institucional que na Suécia foi muito grande, nós tivemos ajuda dos comitês de apoio à pessoa oriunda do Chile. Foi uma leva enorme que foi para a Suécia, muita gente, não só brasileiros, mas bolivianos, chilenos, argentinos, uruguaios, então tinha muita gente mesmo. A Suécia tinha esses comitês de apoio que faziam até turismo com a gente (Entrevista de Eliete Ferrer, Rio de Janeiro, 23 de junho de 2010).

Destacou também a grande atuação que o Primeiro Ministro sueco teve na resolução da situação dos estrangeiros no Chile. Harald Edelstam chegou a ir pessoalmente ao país para auxiliar os militantes perseguidos. Como ela disse, A Suécia “foi um país incrível, o primeiro Ministro foi pessoalmente receber a gente no Aeroporto. Quando a gente chegou na Suécia, tem essa passagem, nós fomos levados a umas lojas, para [comprar] roupa, a Suécia, o Estado nos pagou roupa, nos pagou tudo” (Entrevista de Eliete Ferrer, Rio de Janeiro, 23 de junho de 2010).

Lisete de Silvio enfatizou durante sua passagem pelo Chile a solidariedade que encontrou nas *Populaciones chilenas*, quando teve que se esconder no momento do golpe. As favelas de lá prestaram enorme solidariedade aos resistentes, acolhendo as pessoas procuradas, ajudando-as com contatos e informações e compartilhando os escassos alimentos disponíveis. A época era de grande escassez de gêneros alimentícios no país. Carmem Castillo, em conversa informal, disse que, no Chile, sempre houve uma militância política muito forte nas favelas. O MIR, por exemplo, organização da qual fez parte, tinha um profícuo trabalho de formação política nesses locais. A considerar também o depoimento de Sandra Brisolla, uma das formas de penetração da organização nesses locais era feita através da organização de mutirões para o abastecimento de água, de comida e de armas.

[...] o pessoal [durante a resistência no Chile] já tinha aberto uma rota de fuga por um muro que dava para uma favela. Uma favela chilena era totalmente diferente de uma favela daqui. E era pobre? Muito. Mas era bem mais digna, sabe os caras tinham água para repartir, era mais limpa, era toda diferente, e foi assim, uma das coisas muito lindas que eu vi no Chile, na Argentina. No Chile nessa época, a gente indo lá na favela e aquelas pessoas paupérrimas, elas chamavam a gente para se esconder no casebre delas. Tinha umas pessoas velhas, idosos, tinha uma senhora que eu me lembro bem – tinha crianças e tinha adultos – então a comida não era nada, três batatas, duas bolinhas de manteiga, uns pães velhos e eles repartiam. E eles faziam questão de repartir. Então era assim muita solidariedade. Daí tinha aquele correio do peão, então eles nos avisavam quando tinha agendamento. Agendamento era quando eles [carabineiros] chegam na sua casa e tiram tudo do lugar, eles tiram até essa capinha da tomada, do sofá, procuravam coisa no terreno, para ver se tinha coisa escondida, estouravam tudo da casa das pessoas, tudo, quando não levavam preso, quando não matavam [...] (Entrevista de Lisete Lúcia de Silvio, São Paulo, 29 de agosto de 2010).

Leda Gitahy desempenhou um papel fundamental de apoio no exterior, hospedando pessoas, conseguindo alimentos, fornecendo dinheiro. Saiu do Brasil em 1969. Ficou no Chile até o golpe de Pinochet, indo para a Suécia posteriormente. Teve muitos trabalhos que envolviam militância política e encontro com trabalhadores. Foi no Chile que começou a se dar conta da diferença que havia entre a participação masculina e feminina na sociedade. Sua casa abrigou muitos militantes e era lá também que se realizavam as reuniões da Tendência Leninista. Leda permaneceu, entretanto, atuando junto aos camponeses e operários chilenos,

No começo os brasileiros nos ajudaram, nos receberam. Os brasileiros no Chile tinham uma caixinha que todo mundo dava dinheiro para ajudar as pessoas que chegavam. Tinha lá todos os ministros, ex-ministros do Jango, estava o Paulo de Tarso, estava o Plínio de Arruda Sampaio, tinha um monte de gente, e outras pessoas que eram da CEPAL que também ajudavam, depois tinha o José Serra, Fernando Henrique tinha ido embora, tinha um bando de gente, mas eles sempre recebiam as pessoas e ajudavam, eram várias gerações, um pessoal do PC, enfim tinha várias pessoas lá que recebiam a gente [...] Eu entrei no chamado Fondo de Education y Extension Sindical, uma coisa de capacitação camponesa e de pesquisa. Aí no começo eu fui auxiliar de pesquisa, depois eu trabalhei numa pesquisa grande sobre os aforinos, sobre os boias-frias, eu trabalhava com capacitação em reforma agrária e depois eu fui para o ICIRA, que é o Instituto de Capacitación y Investigación de la Reforma Agrária. Então eu trabalhei a maior parte do tempo com reforma agrária, e no final eu fui para o INACAP trabalhar com participação dos trabalhadores na gestão das empresas da área social. [...]. Eu trabalhava com reforma agrária, depois com capacitação operária, e fora do trabalho, com *populadores*, sem-teto, e depois a gente fazia educação política, fazia curso de capacitação. E eu fui do Partido Socialista. As reuniões da TL eram na minha casa, mas realmente eu fazia toda a minha militância no Chile, que eu achava que se a gente ia voltar ao Brasil, a ideia era voltar, nos preparar para fazer guerrilha, revolução, a gente precisava aprender com o movimento operário, camponês e uma maneira de aprender era trabalhando com eles, e aí eu fui trabalhar e fui militante do PS e no PS eu cheguei a ser Secretária Municipal, eles me ofereceram cargos, eu era da Comissão Nacional Agrária, inclusive me ofereceram para que eu fosse interventora de uma fábrica e eu não aceitei, achei que eu era muito nova, eu não tinha cacife para uma coisa tão grande. Eu trabalhei com mulheres, aliás a coisa de mulheres, a questão de gênero só caiu no Chile trabalhando com mulheres camponesas. Em casa nunca me passou pela cabeça que mulher tinha, sabe, uma posição, como eu fui criada para ser uma profissional, uma doutora eu não pensava nisso. Eu tinha lido, claro, *O segundo Sexo*, Simone de Beauvoir, mas eu não estava muito ligada nessa questão do gênero. A questão da mulher camponesa foi muito importante para mim. Por quê? Porque eu ia lá para trabalhar com os sindicatos, então quem tinha me mandado era o partido, porque depois eu ia também pelos organismos agrários. Mas quando eu ia pelo partido eu tinha que dar assessoria a uma série de sindicatos camponeses na periferia de Santiago e outros em volta. Aí eu chegava lá e era engraçado porque nas reuniões do sindicato só iam os homens e as viúvas, porque uma viúva era considerada um chefe de família, então ela não era bem uma mulher ou homem, ela era chefe de família, era esse o critério. Aí eu falava por que as companheiras não vão? “Porque elas são companheiras”. Aí que eu descobri e eu perguntei, “mas ué e eu? Não, você não é”, eu não sou mulher, eu era o partido, eu era a instituição que eu representava. Aí que eu comecei a entender que era um negócio meio implícito, aí a gente começou a trabalhar com as mulheres a fazer reuniões com as mulheres. Aí uma outra de nós ficava com as crianças, para as mulheres poderem fazer reunião. A gente começou a organizar separado, homens, mulheres, crianças, e aí as mulheres começaram a me pedir coisas que eu não sabia como lidar. O problema de espancamento, de violência familiar, então elas vinham falar comigo para eu fazer alguma coisa, e foi então que eu percebi que tanto as mulheres como os homens queriam que o partido ou a instituição, seja lá o que fosse, que era muito importante para a vida deles, eles participavam daquele partido há séculos, o Partido Socialista, que as instituições lidassem com uma coisa que na nossa cabeça simplória tinha a ver com o privado, e foi aí que eu comecei a me ligar com gênero, foi aí também que por causa da reforma agrária, que eu me liguei com a coisa de ciência e tecnologia, que do tipo de tecnologia, do tipo de trabalho disso dependem as relações sociais, um monte de coisa que eu trabalho até hoje [...] (Entrevista de Leda Gitahy, Campinas (SP), 8 de maio de 2010).

Leda enviava denúncias sobre tortura para o exterior, em sua casa guardava-se material da TL e nela também havia um permanente movimento de gente abrigada. Uma caixinha de iniciativa dos amigos mais próximos era de grande valia para ajudar as pessoas que chegavam,

O que a gente fez, a gente mandou para fora todas as denúncias de tortura, chegava muita coisa na nossa mão, e chegava muita gente na nossa mão. Por exemplo, um dia chega uma menina lá que estava completamente mal pela tortura, completamente pirada. E como a gente era muito conhecido, chegava na nossa casa tudo quanto era partido e organização, de várias partes diferentes do Brasil e que a gente que cuidava. Nós moramos em várias casas e no final a gente estava morando em seis, mas sempre na onde a gente estava chegava gente [...]. Além da caixinha geral, a gente tinha uma caixinha privada do grupo dos nossos amigos mais próximos. Era o seguinte, quando a pessoa chegava [...] e não era bom você ficar sustentando aquelas pessoas, então a gente dava uma bolsa [...]. Quando a pessoa já estava trabalhando, ela também todo mês dava uma porcentagem (Entrevista de Leda Gitahy, Campinas (SP), 8 de maio de 2010).

Leda conseguiu colocar também pessoas na embaixada e liberar seu marido, Bernardino Figueiredo, do Estádio Nacional,

Eu tinha muita possibilidade de ação, eu conseguia fazer muita coisa, e foi o que eu fiz todo esse tempo, salvar gente, botar gente em embaixada, ajudar chilenos, brasileiros, eu que botei o José Nóbrega dentro da embaixada, que ele tinha levado um tiro, estava ferido. Isso foram alguns meses, e eu precisava tirar o Bena [Bernardino] de dentro do [Estádio nacional] porque eu tinha medo que eles o mandassem para o Brasil [...]. Então a gente, nessa fase a gente fez um trabalho, eu fiz, junto com os padres esse trabalho de salvar gente de botar criança na embaixada. Minha mãe foi para o Chile, porque eu pedi para ela ir para o Chile porque ela estando lá, eu ficava com retaguarda, porque eu estava arriscando a vida do meu filho. Meu maior terror era ser presa com uma criança, isso que eu tinha mais medo, por isso que eu demorei tanto a ter criança (Entrevista de Leda Gitahy, Campinas (SP), 8 de maio de 2010).

Com sua mãe, Leda comprou uma camionete e instalou em seu interior um berço para criança e transformou o veículo num “instrumento de salvação de pessoas”, como afirmou a pesquisadora Olívia Joffily (2005: 108-109) Percorriam as ruas de Santiago, transportando pessoas para as embaixadas para que pudessem pedir asilo político. Além do auxílio nas embaixadas, Leda criou um trabalho de assistência às mulheres separadas. Como ela afirmou,

[...] as mulheres chilenas tinham formado um grupo que chamava AUCAN e esse grupo na verdade era para apoiar os comedores populares, foi uma repressão enorme nas povoações, você criava panelas com *minus* para alimentar as crianças, para as crianças não morrerem de fome, e você fazia uma série de coisas para juntar dinheiro, para financiar suas atividades de apoio à população mais pobre. Só que o AUCAN era um grupo para isso. E o que que acontecia, logo depois do golpe as pessoas começam a entrar em parafuso, está em outro país, e começaram a se separar, aquele monte de casal a se separar, aquelas mulheres entraram em depressão. Então aquelas confusões, primeiro uma amiga minha se separou, aí eu ficava lá dando assessoria, aí de repente começou a correr a bola de que eu era boa para ajudar gente que estava mal, e eu estava ficando louca de ajudar toda aquela gente, ficar lá, cuidar das crianças. Mas aí eu convenci o pessoal da AUCAN de que o cuidado dos casais separados era uma tarefa revolucionária, era uma tarefa política, era solidariedade entre as mulheres e que se a gente se organizasse ia ficar muito mais leve para todo mundo. Você fazia turno, então alguém ia lá, lavava roupa, cuidava das crianças, ia buscar as crianças na escola, limpava a casa, alguém ficava lá ouvindo a pessoa chorar e

falar, porque você não tem o que dizer, você tem que ouvir. Então a gente começou a lidar com.. Por que você sabe que a esquerda não lidava com essas coisas. Para a gente lidar com essas coisas, a gente não tinha uma forma organizada [...]. A gente conseguiu que esses grupos, que eram para outras coisas, que eles também fizessem essa parte de mulheres, de crianças, de depressões, de apoio às famílias, porque isso não estava na pauta, e daí surgiram muitos grupos feministas depois (Entrevista de Leda Gitahy, Campinas (SP), 8 de maio de 2010).

A atuação de Yara Gouvêa parece ter sido muito mais perigosa fora do país do que na época em que residia no Brasil. Tendo deixado o país em 1969, Yara foi para Genebra. A militante circulava armada pela Europa com passaporte falso e se encontrava com frequência com Eldridge Cleaver, líder dos Panteras Negras em Argel e com Régis Debray na França. Em razão de suas relações pessoais com Miguel Arraes, seu filho pequeno, que já falava árabe, acompanhava-o em entrevistas com Yasser Arafat. Como ela afirmou em entrevista, “eu tinha muita sorte porque eu conseguia circular clandestinamente pela Europa, pela América Latina com muita facilidade, meus companheiros diziam que eu passava como um anjo” (Gouvêa, 2010). Em Genebra, onde deu prosseguimento aos estudos universitários, cuidou das tratativas que envolveram o sequestro do embaixador suíço em dezembro de 1970. Como ela afirma,

Colaborei na tratção. Porque a análise dos companheiros dentro do Brasil é de que o regime militar não ia mais ceder e de que ele preferia matar não só o embaixador suíço como matar também aquela lista que o MR-8 e a VPR já tinham encaminhado para o aparelho repressivo, [que] estava com o nome dos 70 militantes mais o de crianças. Era isso que eles pensavam. Daí o que eles pediram para mim? Que eu fosse falar isso para o governo suíço, de que nós acreditávamos que o governo militar brasileiro não ia ceder. Foi essa a mensagem que eu fui levar para o suíço. É claro que eu procurei várias organizações de defesa dos direitos humanos para me proteger um pouco, mas eu fui de peito aberto fazer isso. Eu me expus. O sequestro do embaixador suíço no Brasil não recebeu ajuda logística qualquer a partir do exterior. Minha colaboração só ocorre quando foi preciso pressionar as autoridades suíças, através de organizações de direitos humanos, para que, por sua vez, pressionassem o Governo brasileiro a aceitar a liberação dos 70 presos políticos em troca da liberação do embaixador (Entrevista de Yara Gouvêa, Brasília, 08 de julho de 2010).

Yara atuou para que a imprensa internacional divulgasse o sequestro. Segundo ela, “os jornalistas do *Le Monde* me procuravam, nós fazíamos juntos as matérias, do *Canard Enchaîné*, de vários jornais de muito impacto” (Entrevista de Yara Gouvêa, Brasília, 08 de julho de 2010). Também foi a responsável pela abertura de uma conta bancária em Genebra, para a conservação dos fundos do Cofre de Adhemar de Barros. O dinheiro do cofre foi utilizado para a compra de passaportes,

Nós tínhamos comprado com o dinheiro do cofre [...] passaportes verdadeiros [...] corrompendo funcionários tanto no Uruguai, quanto no Equador. Com tudo, com carimbos etc. Só falso era o nome da pessoa, que aquela pessoa não existia, mas o resto era tudo verdadeiro, e estava naquele processo de você alienar um passaporte, mudar a foto e falsificar com a mão o carimbo, quer fossem carimbos em relevo, ou aqueles carimbos de borracha. Que foi o que eu fiz durante algum tempo para que os companheiros pudessem circular na Europa e na América Latina com passaportes. Nunca devolvi. Foram os passaportes que eu queimei em 1979, no momento em que nós tínhamos a certeza de que nós podíamos voltar para o Brasil (Entrevista de Yara Gouvêa, Brasília, 08 de julho de 2010).

Durante o período em que ficou em Genebra, Yara pôde realizar curso de falsificação de documentos. O curso foi ministrado por resistentes da Segunda Guerra Mundial, no minúsculo quarto de Danielle Birck, sua amiga francesa que colaborava com a organização.

Eu fiz todo esse curso, toda essa preparação, foi uma coisa assim que ninguém recebeu. Na época era muito fácil falsificar, e eu conseguia reproduzir até carimbo em relevo, eu reproduzia com o aprendizado que eu tinha recebido deles. Tudo, como caminhar na rua, como isso, como aquilo. Meus instrutores eram antigos membros da Resistência francesa ligados ao Partido Comunista francês. Os documentos falsificados, sobretudo passaportes, serviam para que os companheiros se deslocassem entre a América Latina, Europa e Norte da África. Nunca tive aulas de explosivos ou de tiros nem no Brasil, nem no exterior (Entrevista de Yara Gouvêa, Brasília, 08 de julho de 2010).

Os conhecimentos de falsificação que Yara recebeu na França foram posteriormente transmitidos para algumas militantes no Chile em viagem realizada ao país em 1972. A intenção era colocar militantes dentro do Brasil para que continuassem a luta.

Estive no Chile em 1972. Não tive contato com a sociedade chilena porque não deveria aparecer em público, minha estadia devia se passar na clandestinidade, já que lá tinha ido para formar outras companheiras na preparação dos documentos falsos. Estive quase todo o tempo isolada e sem debater com ninguém. Todas estas viagens eu fazia com documentos falsos. Eu me lembro de que em Talagante eu conheci três [pessoas], depois me colocaram no subúrbio de Santiago, porque eu tinha que ser completamente clandestina. Depois no subúrbio também de Santiago umas cinco passaram [pelo curso]. Eu acho que eu fiquei uns dois meses lá dando esses cursos (Entrevista de Yara Gouvêa, Brasília, 08 de julho de 2010).

Voltando à Europa, Yara faz pela TV e nas universidades uma série de denúncias sobre tortura. Levou Apolônio de Carvalho e Ladislau Dowbor a um programa de TV e convidou o padre Jan Honoré Talpe para falar aos estudantes,

Eu consegui porque tinha contatos na televisão e passava informações para a televisão, como também na imprensa. Então eu consegui convencer o jornalista desse programa, um programa de muito impacto que existe até hoje na Television Suisse Romane, que é a cadeia de televisão em língua francesa. Eu disse assim, nós vamos trazer três pessoas que ainda têm marcas de tortura no corpo, e tinham. As marcas de tortura do Ladislau Dowbor era uma coisa impressionante e o Apolônio [Apolônio de Carvalho] ainda tinha nos pulsos a marca de quando ele foi amarrado no pau-de-arara, e eu foquei muitas coisas no Apolônio, claro, o Apolônio com aquela cabeça branca, que tinha feito a guerra civil espanhola, que tinha lutado na resistência francesa, que tinha tido a maior condecoração que existe na França, que é Chevallier d'Honneur. Mas, como eles eram banidos, os três, a única forma de fazê-los entrar na Suíça era através de um convite de uma Associação de Direitos Humanos. Aí eu fui bater na porta da Associação Suíça de Direitos Humanos que fez o convite oficial e eles conseguiram entrar. E a gente já tinha combinado tudo, eu e os jornalistas, de que num momento dado o jornalista diria a Apolônio que levantasse as mangas da camisa que a câmera focaria os traços da tortura e Ladislau Dowbor levantaria a calça, ele tinha crateras na perna dos choques elétricos e aquilo não cicatrizava nunca, e o Cerveira [Major Cerveira], que já tinha colocado na cabeça que ele tinha que voltar para o Brasil, não compareceria ao programa. Bom, o programa fez *boom* na Europa. O governo brasileiro tinha torturado uma pessoa que tinha participado da guerra civil espanhola como brigadista, que era herói da resistência francesa. Depois, eu queria fazer uma grande manifestação contra a tortura em Genebra, logo que eu cheguei em Genebra [...]. Nós temos

que ir atrás de alguém que seja europeu, que tenha sido torturado e que saiu do Brasil. Não tem melhor testemunho para o europeu, o europeu naquela época tinha muita desconfiança com latino-americano, muita desconfiança, a gente era uma coisa folclórica para eles. Então eu disse, nada melhor do que ter um europeu para falar disso, que ainda era padre, na época, Jean Talpe. [Ele] era um dos elementos mais importantes para JUC de São Paulo. Tivemos a confirmação de que ele era professor de física na Universidade de Louvain (Bruxelas). E não foi uma palestra, foram muitas palestras e ele nunca tinha, desde que ele foi expulso do Brasil, ele nunca tinha participado de nada, então para ele aquilo foi muito importante.

8

Yara foi também uma das militantes mais ativas no funcionamento e na manutenção da chamada *Frente Brasileira de Informação* (FBI), criada no exterior para denunciar o regime militar. A *Frente Brasileira de Informação* foi criada em 1969 a partir de um encontro entre Miguel Arraes e Márcio Moreira Alves. Segundo as informações de Yara, quando os quarenta banidos chegaram à Argel, a *Frente* ainda era muito pequena, uma configuração quase familiar. Quem estava à frente desse trabalho eram Everardo Noronhães, sobrinho de Arraes, e um ex-padre, que havia se casado e deixado a batina. A rede de informações tinha começado nos Estados Unidos graças à iniciativa de uma irmã de Márcio.

Márcio Moreira Alves tinha uma irmã que estava nos Estados Unidos e que divulgava as notícias por lá, e tinha mais ou menos essa rede que começou a se estruturar que era a rede de informações que saía de dentro do Brasil que vinha alimentar a *Frente Brasileira de informação* (FBI). Essa rede de um lado ela era alimentada através de uma rede que Márcio Moreira Alves tinha criado com a família dele, Dona Branquinha e a mãe dele, aqui no Brasil. Eles tinham toda uma rede dentro da Igreja Católica, foi o lado da Igreja Católica. Dona Branquinha era representante do Vaticano aqui de alguns movimentos, ela tinha criado umas redes que conseguiam fazer transitar as informações para fora. Doutor Márcio um pouco mais afastado, mas ele também colaborava nesse esquema, a família de Márcio Moreira Alves era riquíssima, criou aquela possibilidade de dar ao Márcio Moreira Alves uma base em Paris que ninguém tinha. Márcio recebia diariamente toda a imprensa brasileira, até os panfletos que clandestinamente eram publicados no Brasil. E isso ele recebia diariamente. Todas as revistas brasileiras, uma parte vinha para ele, outra parte vinha para a dona Violeta Gerveseau, irmã de Miguel Arraes, casada com Pierre Gerveseau, que a partir de um momento quando os socialistas começam a ter maior poder na França, tem trabalhos bastante importantes e era o braço direito de Michelle Vocat na França. Então as informações oficiais e oficiosas transitavam sobretudo através dessa rede. Agora, tinham todas as outras redes, efetivamente, que saíam de dentro das nossas prisões [...]. Quando eu entrei, a *Frente* existia em Argel e na França. A sede da *Frente* era em Argel. O Márcio recebia toda aquela documentação e logo em seguida a encaminhava para Miguel Arraes. Cada vez que se conseguia uma informação, ela chegava até a gente. E efetivamente nós tínhamos em Argel um arquivo impressionante sobre as torturas e mesmo um arquivo de artigos sobre diferentes assuntos, Amazônia, Nordeste, crescimento econômico. Nós tínhamos um grupo de economistas que trabalhavam em Argel que estudavam profundamente a economia brasileira e que colaboravam com a *Frente* e que se reuniam

⁸O belga Jan Honoré Talpe havia introduzido no Brasil a experiência dos padres operários. Jan Talpe era também físico e chegou a trabalhar na USP como professor. Foi expulso do Brasil em 1969, depois de ter sido preso em Osasco e passado pelo presídio Tiradentes. Apolônio de Carvalho pertenceu às Brigadas Internacionais e lutou na Guerra Civil Espanhola. Na Resistência Francesa, combateu junto ao Francs-42 Tireurs et Partisans (FTP). No Brasil foi oposição à ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945) e ao Regime militar (1964-1985), tendo pertencido ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Foi preso e enviado ao exílio em 1970 em troca da libertação do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben.

semanalmente para discutir sobre essas questões brasileiras [...] (Entrevista de Yara Gouvêa, Brasília, 08 de julho de 2010).

Yara estabeleceu seu primeiro contato com Miguel Arraes em 1970 e em 1971 começou efetivamente a atuar no grupo. Segundo ela,

Miguel Arraes sempre recebeu todo mundo, mas ele sempre teve muito claro que aqueles movimentos armados todos não representavam nada do povo brasileiro, mas ele nunca fechou a porta para ninguém. E eu ficava entre Miguel Arraes e os movimentos armados. Eu defendendo os movimentos armados, mas ao mesmo tempo conversando diariamente com ele e levando aquele trabalho para frente. Em Paris, a Violeta e o Márcio distribuía aquele boletim que era feito. Mas, quando eu entro, como eu já tinha antes de ir para Argel, criado antenas da *Frente Brasileira de Informação* em vários países europeus, eu dinamizei mais ainda aquilo. E efetivamente criamos antenas por toda a parte, onde pudemos, inclusive em Moscou, criamos uma antena da *Frente Brasileira de Informação*, o Boletim também era divulgado lá, em alguns países da antiga União Soviética, nós mandávamos para China, nós mandávamos para alguns países asiáticos. O Boletim da *Frente Brasileira de informação* tinha também autonomia no Chile, tanto que eles pegavam só parte dos artigos que eram elaborados pela gente, e faziam uma segunda parte que era específica lá da questão chilena, mas também ele era divulgado na América Latina. Era divulgado nos Estados Unidos, nós tínhamos uma grande rede de divulgação do Boletim lá nos Estados Unidos e uma grande rede de divulgação do boletim também no Canadá (Entrevista de Yara Gouvêa, Brasília, 08 de julho de 2010).

O grupo era mantido financeiramente por Arraes, que destinava parte do lucro da sua empresa para a manutenção da revista (impressão, papel, distribuição). Havia também um certo número de assinantes. Os colaboradores recebiam uma mesada para se manterem. Yara conta com bom humor,

Era o milagre econômico [risos], porque eu tinha uma mesada para comer, o apartamento que eu tinha era um apartamento que o professor Boyard Maria Boiteux tinha recebido como apartamento de função no subúrbio de Argel, enquanto professor da Universidade de Argel (Entrevista de Yara Gouvêa, Brasília, 08 de julho de 2010).⁹

O total de pessoas envolvidas na produção do boletim em Argel era reduzida, tendo sofrido também com a saída de alguns de seus colaboradores que partiram para Angola e Moçambique após a independência desses dois países. Restaram, então, Yara e Everardo trabalhando juntos,

Eu, o Everardo, mais um menino francês. Eu batia no mimeógrafo que Everardo não sabia bater, e aí eu e Everardo rodávamos no mimeógrafo, o Claude, que fazia as capas, umas capas muito bonitas. A capa mais bonita aliás, foi quando Lamarca morreu [...] A gente

⁹ Miguel Arraes também foi o responsável pela criação de uma organização revolucionária a partir do exterior, chamada Movimento Popular de Libertação (MPL). Embora ele não defendesse abertamente a luta armada, não deixou de cuidar da manutenção dos quadros da resistência a partir da Intrade, empresa que funcionou a partir do recebimento de comissões de grandes multinacionais. O dinheiro servia, segundo afirmou o Frei Francisco Catão, que integrou a Intrade, “para financiar movimentos e dar cobertura”. Mais do que um grupo político, o MPL configurava-se como um apoio à mobilização no Brasil e, ao mesmo tempo, exercia uma influência nos meios europeus. Informações sobre este grupo indicam que surgiu ainda em 1968 no Brasil, ganhando, contudo, maior expressividade no exterior, atraindo dominicanos, operários, intelectuais, empresários, sindicalistas e permanecendo atuante até o ano de 1974.

mandava aquilo para o mundo todo, e eu dizia para o Everardo, hein Everardo nós estamos mandando nossas impressões digitais para todos os organismos secretos. E íamos os dois com aqueles pacotes até GrandPost, que era o Correio Central de Argel, colocar aquilo. Dinheiro que o Miguel Arraes nos dava para colocar aqueles pacotes, e pacotes e pacotes. Na maior parte dos países, aquilo era reproduzido e tinha toda uma lista de assinantes do Boletim da *Frente Brasileira de Informação*. Eu fiquei sozinha com Miguel Arraes, e trabalhando, tendo já filho pequeno, mas com a *Frente Brasileira de Informação*. Daí ao invés de fazer os boletins, nós decidimos que íamos fazer um estudo e publicar o estudo mensalmente. Foi aí que foi publicado a *Questão Nacional*, o trabalho sobre Amazônia, um estudo sobre o Milagre Econômico, então deixamos de ser um Boletim Informativo, para se tornar num Boletim que formulava um pensamento [...] (Entrevista de Yara Gouvêa, Brasília, 08 de julho de 2010).

Enquanto sobreviveu, a FBI teve três sedes, uma em Kasbah, no bairro mais antigo de Argel, e depois, quando os recursos minguraram, transferiu-se para um apartamento de dois cômodos. A cozinha foi convertida em laboratório de fotografia. Era onde Yara trabalhava. Quando os recursos acabaram,

A *Frente* continuou a funcionar na casa da família Arraes dentro do Palácio do Povo, que era o Palácio do governo argelino, que tinha a sede principal e tinha várias casas, e numa dessas casas vivia Miguel Arraes até que Boumediène fica doente e o novo governo argelino pediu para Miguel Arraes deixar a casa e deu para Miguel Arraes viver num apartamento com três quartos, uma sala, ele, dona Madalena Arraes e os sete filhos e mais a *Frente Brasileira de Informação* (Entrevista de Yara Gouvêa, Brasília, 08 de julho de 2010).

Em Paris, Yara também manteve contato com o grupo *Nosotras*, formado por Danda Prado, que reunia muitas mulheres latino-americanas em torno das questões femininas. As discussões sobre a mulher eram realizadas com a presença de Simone de Beauvoir.

Discutíamos muito a questão da mulher, foi ela [Danda] que me levou a várias manifestações do movimento de liberação das mulheres em Paris. Participei de várias manifestações junto com ela, e foi ela também quem me levou a conhecer a Simone de Beauvoir, que eu já conhecia Jean Paul Sartre, com quem eu tinha organizado várias manifestações em Paris contra a tortura. O meu relacionamento com Simone de Beauvoir foi justamente pela causa das mulheres. Simone de Beauvoir ajudou muito os movimentos feministas dos anos 1970. Ela se reunia com frequência com Danda Prado, que pretendia que eu levasse adiante uma ação feminista no contexto argelino. Estivemos reunidas as três, Simone de Beauvoir, Danda Prado e eu, em abril de 1972, para discutir as ações feministas tanto no âmbito da VPR, quanto no âmbito de minha inserção na sociedade argelina. Daí nós criamos, a Danda criou em Paris um grupo de latino-americanas, nós criamos uma revista chamada *Nosotras*, que conseguiu publicar durante anos. *Nosotras* é organizado em Paris e eu escrevia de Argel porque daí foi aquele momento, chegou o momento em que eu achava que eu não ia mais sair de Argel. Várias, várias mulheres, era um grupo grande de latino-americanas que se organizou para discutir a causa das mulheres (Entrevista de Yara Gouvêa, Brasília, 08 de julho de 2010).

Considerações finais

Este texto procurou jogar alguma luz sobre o deslocamento funcional no exílio político e a ampliação da oposição no exterior a partir da atuação de mulheres. Nosso estudo procurou recuperar o protagonismo dessas militantes, reconstituindo ações, acordos e práticas políticas.

Os testemunhos aqui trazidos revelam os processos de criação, organização e evolução da oposição no contexto internacional, gerando concretamente uma política extracontinental que foi ganhando corpo no além-fronteiras, sendo alimentada estrategicamente por redes de solidariedade revolucionárias de países ou grupos afins. As experiências vividas no exílio reforçaram para a mulher militante seus vínculos políticos, ampliando o universo de sua atuação. Essas mulheres não viveram o desterro em “estado de espera”, nem “escaparam da vanguarda opinando com os pés”, como já se disse, ao viverem longe de suas pátrias.

Bibliografia

Abreu, Maira Luísa Gonçalves (2014): *Feminismo no Exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*, Alameda, São Paulo.

Araújo, Maria do Socorro de Sousa (2002): *Paixões Políticas em Tempos Revolucionários: nos caminhos da militância, o percurso de Jane Vanini (1964-1974)*. Dissertação (História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso.

Ayala, Mario; Lastra, María Soledad; Gatica, Mónica (2013): “Historia oral de los exilios latinoamericanos: abordar, problematizar e interpretar las experiencias del siglo XX (presentación)”, *Testimonios*, (presentación); Asociación de Historia Oral de la República Argentina; 3; 3; pp. 5-14. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11336/9591>

Azevedo, Desirée (2013): *Os melhores anos de nossas vidas: narrativas, trajetórias e trajetos de exilados brasileiros em Moçambique*, Annablume, São Paulo.

Buriano, Ana (2012): “Monolitismo y pluralismo del exilio uruguayo en la URSS: género y memoria”, ponencia presentada en *Jornadas Exilios*, UNLP, La Plata, 26, 27 y 28 de septiembre. Disponível em: <http://jornadasexilios.fahce.unlp.edu.ar>

Canelo, Brenda (2005). “Exiliados argentinos en Suecia (1973-1985): pertinencias, discriminación e ideologías lingüísticas”, ponencia presentada en *III Jornadas de Historia de las Izquierdas*, Buenos Aires, pp. 2-18. Disponível em: <http://www.cedinci.org/PDF/Jornadas/III%20Jornadas.pdf>

Chotil, Maria José (2015): *L'exil ouvrier: La saga des Brésiliens contraints au départ (1964-1985)*, Éditions Estaimpuis, Paris.

Costa, Albertina et al (1980): *Memórias das mulheres do exílio*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Cruz, Fábio Lucas (2016): *Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979)*. Tese (Doutorado em História Social) - USP, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04102016-125816/pt-br.php>

Cruz, Fábio Lucas (2010): “Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha: os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979)”. Dissertação (Mestrado em História Social, USP, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30092010-111933/pt-br.php>

Dias, Cristiane Medianeira Ávila (2019): *Minha terra tem horrores: o exílio dos brasileiros no Chile (1970-1973)*. Tese (Doutorado em História), UFRG, Porto Alegre -RS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/197627?show=full>

Franco, Marina (2008): *El Exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura, Siglo XXI* Editores, Buenos Aires.

Gomes, Paulo César (2019): *Liberdade Vigiada: as relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do Golpe à Anistia*. Record, Rio de Janeiro.

Gouvêa, Yara; Birck, Danielle (2007): *Duas vozes*. Editora de Cultura, São Paulo.

Isola, Ivan Negro (2009): *Um vento me leva. Lembranças de Jirges Ristum*, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo.

Jensen, Silvina (2014): “Las fuentes de oposición exiliar y el estudio de las actitudes sociales durante el último gobierno militar (1976-1979)”, ponencia presentada en *II Jornadas de Trabajo Exilios Políticos del Cono Sur en el Siglo XX*. Montevideo, 5-7 nov. 2014. Disponível em: <http://jornadasexilios.fahce.unlp.edu.ar/ijornadas/actas-2014/Jensen.pdf>

Joffily, Olívia Rangel (2005): *Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Católica, PUC-SP. São Paulo.

Koch, Sebastian (2017): *Zufluchtsort DDR? Chilenische Flüchtlinge und die Ausländerpolitik der SED*. Verlag Ferdinand Schöningh, Paderborn.

Marques, Teresa Cristina Schneider (2015): “A esquerda brasileira exilada e o feminismo: a atuação política das brasileiras no Chile e na França (1968-1979)”. *Projeto História*, São Paulo, n. 52, pp. 112-139.

Marques, Teresa Cristina Schneider (2011): *Militância política e solidariedade transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*. Tese (Doutorado em Ciência Política), UFRG, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/9-teses/4193-militancia-politica-e-solidariedade-transnacionais-a-trajetoria-politica-dos-exilados-brasileiros-no-chile-e-na-franca-1968-1979>

Massena, Andréia Prestes (20015): *Exílio em Moçambique. As experiências vividas em terras estrangeiras durante a ditadura militar no Brasil*, Dissertação (Mestrado em História Comparada), UFRJ, Rio de Janeiro.

Messer, Natalia (2020): “A 30 años de la caída del Muro de Berlín: La vida de contrastes de los refugiados chilenos en la RDA”. Disponível em: <https://www.revistanos.cl/a-30-anos-de-la-caida-del-muro-de-berlin-la-vida-de-contrastes-de-los-refugiados-chilenos-en-la-rda/>

Moraes, Maria Lygia Quartim (1996): *Vinte anos de Feminismo*. Tese de livre-docência. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, IFCH da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

Moraes, Maria Lygia Quartim (1990): *A experiência feminista dos anos setenta*. Araraquara, UNESP.

Muñoz, Daniela (2015): “Exilio en tránsito. El paso por México del primer grupo de asilados brasileños de la dictadura militar”. *Contemporánea*, N° 4, pp. 5-17. Disponível em: <http://contemporanea.inah.gob.mx/node/113>

Nabuco de Araújo, Rodrigo (2011): *Conquête des Esprits et Commerce des armes. La diplomatie française au Brésil (1945-1974)*, Thèse en Histoire. Université de Toulouse 2 Le Mirail. Toulouse, France.

Napolitano, Marcos (2014): “No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e a questão democrática nos anos 1970”. *Estudos Avançados*, v. 28, N° 80, pp. 41-58.

Navarro, Salazar (2015): “Los años de la ira. Um aciercamento crítico al contexto social-cultural de la década del sessenta em Cuba y América Latina”. *De Raíz Diversa*, vol.2, N° 4, julio-diciembre, pp. 101-128.

Paz, Carlos Eugênio Paz (1997): *Nas Trilhas da ALN*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Palieraki, Eugenia (2020): “Chile, Algeria and the Third World in the 1960s and 1970s”. In. Thomas Field Jr., Stella Krepp y Vanni Pettinà. (eds.) *Latin America and the Global Cold War*, The University of North Carolina Press, pp. 274-300.

Pezzonja, Rodrigo (2019): *Guarde um cravo para mim: os exilados brasileiros em Portugal*, Alameda, São Paulo.

Plon, Leneide-Duarte (2016): *A tortura como arma de guerra: da Argélia ao Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Rolland, Denis (2008): “L’État Français et les Exils Brésiliens: Prudence d’État, Guerre Froide et Propagandes”, em Idelette Muzart-Fonseca (ed.): *L’Exil Brésilien en France: Histoire et Imaginaire*, Harmatta, Paris, pp. 49-123.

Rollemberg, Denise (1999): *Exílio: entre raízes e radares*, Record, Rio de Janeiro.

Rollemberg, Denise (2000): *O apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*, Mauad, Rio de Janeiro.

Rosa, Susel Oliveira (2013): *Mulheres, ditaduras e memórias: ‘Não imagine que precise ser triste para ser militante’*, Intermeios, Fapesp, São Paulo.

Rosalen, Eloisa. (2016): *Vidas (entre) laçadas: relações de gênero nas memórias do exílio brasileiro (1964-1979)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Rigouste, Mathieu (2011): *L’Ennemi Intérieur, La généalogie coloniale et militaire de l’ordre sécuritaire dans la France contemporaine*, La Découverte, Paris.

Roniger, Luís (2011): “Reflexões sobre o Exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios”, en Samantha Quadrat, (ed.): *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*, Editora FGV, Rio de Janeiro, pp. 31-61.

Roniger, Luís (2010): “Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX”. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, vol. 53, N° 1, pp. 95-96

Ribeiro, Maria Cláudia Badan (2018): *Mulheres na Luta Armada: Protagonismo Feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional)*, Editora Alameda, São Paulo.

Ribeiro, Maria Cláudia Badan. (2016): “As redes políticas de solidariedade na América Latina”. *Revista Tempo e Argumento* [S.l.], v. 8, N° 17, pp. 311 – 349. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180308172016311>

Silva, Helenice (2007): “Os exílios dos intelectuais brasileiros e chilenos na França durante as ditaduras militares: uma história cruzada”. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos. Debates*, v. 7. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/5791>

Tega, Danielle (2019): *Tempos de dizer, tempos de escutar: testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina*, Intermeios/FAPESP, São Paulo.

Teles, Maria Amélia (1993): *Breve história do feminismo no Brasil*, Brasiliense, São Paulo.

Villaméa, Luiza (2018): “FBI: a agência de notícias que desafiou a ditadura brasileira”. Disponível em: <https://agenciasdenoticiasblog.wordpress.com/2018/12/17/fbi-a-agencia-de-noticias-alternativa-que-desafiou-a-ditadura-brasileira/>

Entrevistas

Danielle Birck, Paris, 05 de setembro de 2010.

Darci Miyaki, Indaiatuba (SP), 28 de agosto de 2010.

Eliane Toscano Zamikowski, São Paulo, 02 de setembro de 2010.

Eliete Ferrer, Rio de Janeiro, 23 de junho de 2010.

Francisco Augusto Carmil Catão, São Paulo, 12 de abril de 2012.

Leda Gitahy, Campinas (SP), 08 de maio de 2010.

Lisete Lúcia de Silvío, São Paulo, 29 de agosto de 2010.

Maria Lúcia Alves Ferreira, São Paulo, 30 de agosto de 2010.

Maria Lygia Quartim de Moraes, Campinas (SP), 17 de setembro de 2003.

Paulo Cannabrava, São Paulo, 02 de maio de 2012.

Reinaldo Guarany, Rio de Janeiro, 08 de julho de 2012.

Ruth Tegen, São Paulo, 10 de abril de 2010.

Sandra Negraes Brisolla, Campinas (SP), 24 de outubro de 2008.

Sônia Maria Ferreira Lima, Ouro Preto (MG), 27, 28 e 29 de fevereiro de 2009.

Yara Gouvêa, Brasília (DF), 08 de julho de 2010.